

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

(D)

Monografia de Conclusão de Curso  
"Estudo Para a Recuperação do Estado do Rio de Janeiro  
sob a Perspectiva do Fim da Crise Pós-Brasília"

ALUNO: BENAR DE BARROS CORREIA FILHO

ORIENTADOR: PROF. DR. JORGE LUIZ ALVES NATAL

---

Outubro de 1999

## 1. INTRODUÇÃO:

Acompanhamos, ao longo da década de 1980 e princípios dos anos 90, uma queda da participação do Estado do Rio de Janeiro no contexto da economia nacional, que pôde ser sentido na queda do poder aquisitivo da população local, ou na simples observação do desempenho de algumas empresas fluminenses frente a algumas situadas em outros estados brasileiros. Assistimos nesta época a uma constante degradação da imagem do Rio perante a população brasileira.

Buscamos neste trabalho apresentar, a partir das vocações, potencialidades e necessidades<sup>1</sup> estaduais e metropolitanas, caminhos para a recuperação e crescimento do Rio de Janeiro, dentro de um conjunto de unidade federativa. Importante verificar como o contraste existente entre as regiões do estado pode criar obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. Para que se proponham caminhos e soluções, tentaremos detectar algumas das prováveis causas para a crise regional, em seus vários aspectos e por meio de suas várias componentes históricas. Os referidos aspectos passam pela baixa auto-estima do fluminense pela pouca confiança do empresariado diante das possibilidades da economia regional, pelas origens do sentido de crise, entendendo que, em determinadas circunstâncias, torna-se útil

---

1. Consideradas aqui as necessidades impostas pelo reerguimento do Rio de Janeiro aos patamares que lhe são dignos no contexto nacional e

a alguns setores, a disseminação de imagens negativas do Rio de Janeiro. Cabe analisar que circunstâncias políticas levaram o Rio a perder seu peso nas decisões nacionais.

Momentos de marcantes transformações conjunturais são propícios a crises e, também, bastante oportunos para recuperações e inserções de elementos em uma determinada estrutura. É justamente nestes momentos de inflexão que um destes elementos pode apresentar um desempenho - dado o seu esforço de inovação e recuperação - que possa reverter a situação nacional.<sup>2</sup>

Não se pretende aqui a recuperação do *status* de capital federal, mas a adequação do Rio às novas exigências mundiais a uma metrópole capitalista, ainda que em um país de economia periférica, ainda que com o caráter administrativo vigente, podendo este ser estendido a outros setores. As novas relações espaciais intra e interurbanas (metrópoles-cidades-campo) podem se configurar num importante ponto de inflexão que, se corretamente acompanhado - aproveitando-se os recursos ora disponíveis - há de colocar o Rio de Janeiro em situação bastante favorável, à frente de outros centros nacionais e estrangeiros.

---

internacional (em todos os campos), ainda que não se apresentem, em primeira análise, como potencialidades.

2. Refiro-me aqui ao ranking de estados e suas metrópoles em busca de investimentos nas mais diversas áreas.

## 2. EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO E PROVÁVEIS CAUSAS DA CRISE "PÓS-BRASÍLIA"

As transformações ocorridas na economia costumam vir acompanhadas por mudanças nas estruturas de poder. Da mesma forma, quase sempre estas são fruto de condicionantes geográficas. Estes três elementos (economia, geografia e poder político) estão intimamente ligados e são interdependentes, sem que haja, necessariamente, uma ordem cronológica ou hierárquica entre eles para que se detone qualquer transformação.

Ao tentarmos determinar as causas da evasão de capitais do Rio de Janeiro, conhecido como "esvaziamento econômico", devemos não apenas fazer um diagnóstico do processo recente, mas buscar determinar que fatores contribuíram, ao longo da história, para que a metrópole viesse a apresentar um desempenho inferior às expectativas no que se refere à atratividade de atividades econômicas de capital privado.

O mais conhecido fator que teria detonado (ou contribuído para) este processo é o da construção de Brasília e da transferência da corte para o Planalto. Não se pode, entretanto, atribuir a este fato, isoladamente (admitindo-se que possamos isolá-lo), a vulnerabilidade da atratividade econômica, entendendo que, deixando de ser a capital do país, conviria ao Rio já ter desenvolvido - como provavelmente se

acreditava ter ocorrido - condições de permanecer como centro aglutinador de atividades capitalistas importantes de uma economia periférica. Fundamental, também, é detectarmos que fatores (isolados ou em cadeia) repercutiram na economia local, de forma a que tal situação viesse a ocorrer.

Tendo como elemento de estudo a situação e as potencialidades do Rio de Janeiro no contexto nacional, torna-se necessário buscar determinar em que contexto, ou, qual o referencial para se estabelecer a gravidade de uma situação determinada. O que não significa, todavia, a negação da crise. É, pois, por isto que devemos estudar casos paralelos - mormente o de São Paulo - de crescimento econômico, tendo sido, pois, em benefício de outros centros/regiões que o Rio de Janeiro perdeu peso na participação econômica do país.

A primeira grande vantagem locacional oferecida pelo Rio de Janeiro para sua ocupação diz respeito às atividades portuárias, tanto no campo comercial, quanto no estratégico-militar. A transferência da sede da colônia para o Rio de Janeiro - localizada em Salvador até 1763 - se deve exatamente às suas condições geomorfológicas e locacionais. Cumpria acompanhar de perto a saída do ouro das Minas e garantir o domínio sobre a exploração do território.

A chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, veio realçar no Rio a condição de capital. Iniciava-se aqui a

formação de um Estado Brasileiro, com a instalação de diversos serviços e instituições derivados da presença da corte e a criação de uma nova mentalidade "pós-colônia".

Em fins do séc. XVIII, a cultura do café invadia o território do atual Estado do Rio de Janeiro. Tendo ocupado as cercanias da capital, seu plantio rapidamente se difundiu pelo Vale do Paraíba Fluminense, transformando densas florestas em extensas monoculturas. Daí floresceram muitas das cidades do Centro-Sul Fluminense, como Valença, Barra Mansa, Piraí e Vassouras. Esta última viria a se tornar a "capital" da aristocracia cafeeira. Com o declínio da produção aurífera, tornar-se-ia o café, já à época da independência, o mais importante produto nacional, perdurando nesta condição até meados do séc. XX.

"O vale do Paraíba tornou-se (...) um grande centro condensador de lavouras e de população; Em meados do século XIX, reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira."<sup>3</sup>

Durante quase um século, adotou-se a prática de, por meio do trabalho escravo, explorar a terra até a sua exaustão, para, em seguida, desmatar novas áreas, queimando suas florestas para a lavoura. Procedia-se como se tanto as terras quanto os escravos fossem bens indefinidamente disponíveis.

Na década de 1870, após mais de meio século de boas colheitas, começam a ser sentidos os primeiros sinais de

crise na cultura do café, o que resultaria, no início do período republicano, na derrocada da cultura da rubiácea em terras fluminenses.

Diversos fatores contribuíram para a decadência do café no Vale do Paraíba. O esgotamento dos solos, provocado por seu prolongado mau uso, a crise de mão-de-obra e a modernização dos transportes. Não podem ser esquecidas algumas situações conjunturais e de mercado: quedas de preços internacionais para o produto, pragas e supersafras, agravadas pela falta de planejamento na agricultura.

O longo período de cultura predatória não mais permitiria a grande produtividade de outrora. Anteriormente protegido por densas matas, o solo passou a ser ocupado apenas pelos arbustos de café, sem qualquer outra cobertura vegetal. Sem períodos de descanso e exposto à erosão (especialmente grave, dado o relevo ondulado), o terreno passou a apresentar acentuadas quedas de produtividade.

Ao mesmo tempo que a introdução do transporte ferroviário<sup>4</sup> dinamizou a produção no Vale, acabou contribuindo para o declínio econômico da região. A distância, que consistira até então num obstáculo à

---

3. Caio Prado Júnior, citado por Dalmir Corrêa *O Vale do Paraíba Fluminense*, 1980

4. Em 1864, a E. F. D. Pedro II chegava a Barra do Pirai, para onde afluiria a produção da região por via fluvial para, em seguida, descer a serra por trem até o Rio de Janeiro. Este trabalho era antes realizado por meio de mulas, em alguns momentos, alternando-se com embarcações fluviais e, até certo momento, por via marítima, através da Baía da Ilha Grande.

exploração do interior, pôde ser rapidamente vencida, igualando as condições de acessibilidade entre o já desgastado Vale do Paraíba e o inexplorado e fértil oeste paulista.

"A rápida destruição da fertilidade das terras (...) e a possibilidade de utilização de terras a maior distância com a introdução da estrada de ferro, haviam colocado esta agricultura em situação desfavorável, já na época imediatamente anterior à abolição..."<sup>5</sup>

A interrupção do tráfico negreiro (1851) e as demais leis pré-abolicionistas acarretaram uma séria crise de mão-de-obra. Em pouco tempo, o escravo dobrou de preço, tornando-se, na década de 1870, "mercadoria" escassa. Vários recursos foram empregados na tentativa de contornar a crise: a importação de escravos do nordeste brasileiro, a premiação dos escravos por produtividade, a contratação de trabalhadores livres (que nem sempre se submetiam ao trabalho nos cafezais) e, por fim, a mecanização - solução aplicável apenas ao beneficiamento, uma vez que não era possível mecanizar a colheita.

Contudo, aqueles que se dispuseram a trabalhar na cafeicultura (homens livres, imigrantes e, posteriormente, os ex-escravos, e alguns proprietários) rumaram para o promissor planalto paulista, onde a terra permitia melhor produtividade e esta, maiores salários.

---

5. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 1964, citado por Dalmir Corrêa, *Ibid.*



A abolição veio, finalmente, derrubar um sistema enfraquecido e sem condições de se reestruturar diante de outras frentes de expansão agrícola. Pode-se dizer que a abolição foi, ao mesmo tempo, causa e consequência do enfraquecimento político e econômico da aristocracia cafeeira valeparaibana.

Ao contrário do que ocorrera na agricultura fluminense, a estrutura agrária (e produtiva, em geral) de São Paulo se consolidou com um novo perfil econômico capitalista - incluída aí a adoção do trabalho assalariado.

O trabalhador brasileiro não se dispunha facilmente a executar um trabalho tradicionalmente atribuído a escravos. O imigrante europeu foi maciçamente adotado como solução para este problema, ainda que sob um sistema de trabalho perverso.

Estes imigrantes (italianos, em sua maioria), comumente traziam certos conhecimentos de ofícios e, mesmo, algum recurso que lhes permitia iniciar novo negócio em terras brasileiras. Muitos dos novos industriais daquela época eram estrangeiros ou seus filhos, o que denotava a introdução de uma nova cultura industrialista. Isto ocorreu tanto no Rio quanto em São Paulo.

"Em 1901, estima-se que 90% dos operários de São Paulo são estrangeiros. (...) Segundo o recenseamento de 1920 no estado de São Paulo é de 40% em relação ao total."<sup>6</sup>

---

6. Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 1976, p 98

O fim da escravidão proporcionava novos consumidores, tanto à produção nacional, quanto aos produtos importados. Este aumento de demanda interna, por certo, beneficiou a todos os setores produtivos do país e do exterior - inclusive e especialmente nas áreas economicamente mais favorecidas. A introdução do capitalismo no Brasil, com seu modo de produção, ao mesmo tempo favorecia e era favorecida pela crescente urbanização da população.

O crescimento da indústria não se deveu somente ao aumento da demanda interna, mas das possibilidades de exportação - o comércio internacional crescia fortemente naquele fim de século - muito embora, em 1907, 85% do produto industrial brasileiro fosse, ainda, de bens de consumo.<sup>7</sup>

Enquanto a industrialização no então Distrito Federal se processou com base em seu farto mercado consumidor, o caso paulista decorreu de sua capacidade produtiva - voltada, em grande parte para o mercado externo - e da grande acumulação de capitais privados propiciada pela existência de grandes propriedades agrícolas. Note-se nas palavras de Sérgio Silva que as empresas paulistas tinham, proporcionalmente, mais capital e operários do que aquelas situadas no Rio.

"A conclusão mais importante diz respeito à importância relativa das grandes empresas. O conjunto das empresas com 100 ou mais operários regrupa, de acordo com os dados do Centro Industrial do Brasil, mais de 85% do capital em São Paulo, e cerca de 70% no antigo Distrito Federal. (...) As grandes empresas regridam 80% do

---

7. Recenseamento de 1920 in: J. M. Martin, citado por Sérgio Silva.

número de operários em São Paulo e 57% no antigo Distrito Federal."<sup>8</sup>

Embora não fosse uma cidade marítima, São Paulo funcionava como importante entreposto comercial, sendo, pois, o principal entroncamento ferroviário do estado. De lá partia a estrada de ferro para o porto de Santos, bem como várias ferrovias para o interior do estado.

Nesse contexto, São Paulo se encontrava em situação privilegiada, tendo uma agricultura em plena expansão, no momento propício para a sua economia regional, ou seja, quando se iniciava o processo de industrialização brasileiro.

O conjunto RJ-DF, todavia, ainda permaneceu como maior centro industrial do país até a I Grande Guerra, após o que foi superado por São Paulo no total produzido.

O Rio de Janeiro, capital e principal praça financeira do país, sofreu duro golpe com a política econômica de Campos Sales (1898-1902). Em 1898, é assinado com a Inglaterra um acordo de *funding-loan*, com vistas ao refinanciamento da dívida externa. Criaram-se sérias restrições ao funcionamento do sistema financeiro do país - maciçamente sediado no Rio - provocando o enfraquecimento e a falência de empresas e bancos.<sup>9</sup> Residiria aí uma das prováveis causas para a perda de auto-suficiência econômica do Estado do Rio de Janeiro, pois partia do comércio e do

---

8. Ibid., p 83

9. Algumas semelhanças com os monetaristas de hoje, invertendo-se, porém, o sentido da atuação.

sistema financeiro parcela significativa dos recursos empregados na industrialização fluminense - diferente da economia paulista, onde os capitais investidos na indústria eram oriundos majoritariamente da cafeicultura.

Paralelamente às restrições acima mencionadas, houve, por parte do governo, grande zelo em torno da valorização internacional do café.<sup>10</sup>

Na maior parte deste século, o Estado do Rio de Janeiro não mais apresentaria a mesma relevância econômica no cenário nacional, senão por sua proximidade ao Distrito Federal.<sup>11</sup>

A ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, marca um novo período para a indústria nacional. Sua gestão foi marcada por uma série de reformas trabalhistas, econômicas e infraestruturais. Foram realizados pesados investimentos públicos na formação de uma indústria estatal de base, o que beneficiou especialmente o Rio de Janeiro, a cidade e o estado; este, por ser o *locus* de muitos dos investimentos realizados e a cidade, por sediar, até hoje, os controles administrativos de tais investimentos. Em seu segundo mandato (1950-54), Vargas manteve este programa, embora, desta vez,

---

10. Campos Sales era paulista, nascido em Campinas, de uma família de cafeicultores.

11. Desde a decadência da cafeicultura, em fins do século XIX, a economia do médio Paraíba esteve voltada a outras atividades agropastoris. Se destacaram então a cana-de-açúcar e a pecuária leiteira. O mesmo fenômeno ocorreu em outras regiões pós-cafeeiras, tanto no trecho fluminense (Barra Mansa, Barra do Pirai, Valença), quanto no paulista (Taubaté, São José dos Campos). Buscavam-se alternativas para o aproveitamento de um

sob um regime político mais aberto, no qual parece não ter tido a mesma habilidade em governar.

Data dos anos 30 a flexibilização do sistema alfandegário, com taxações específicas para produtos determinados, segundo sua procedência, nossa capacidade em produzi-los e em função de acordos comerciais. A extinção do protecionismo estadual veio favorecer a industrialização, principalmente dos estados mais avançados nesse setor, permitindo a maior penetração de seus produtos e a conseqüente ampliação do mercado consumidor.

No período pós II guerra, a indústria nacional atinge uma certa autonomia, com um diversificado parque industrial que incluía bens de produção e bens de consumo duráveis. O censo de 1950 já indica que o café deixara de ser o primeiro produto da economia do país, tendo sido, então, superado pela indústria.

A redução do peso industrial da cidade do Rio de Janeiro no contexto nacional ao longo do séc. XX não implica, na mesma proporção, no declínio de sua atividade econômica, mas no crescimento de outras economias regionais - sobretudo da paulista - e na formação de especificidades na Capital Federal, voltadas para o setor de serviços e para a indústria tecnicamente sofisticada (química e farmacêutica, p.ex.).

---

solo enfraquecido pela monocultura do café. Este quadro permaneceu por quase toda a primeira metade do século XX.

Todavia muitas destas especificidades, por terem se delineado no ambiente da capital, não haveriam de se sustentar por longo período fora deste contexto sem a existência de uma autonomia econômica na cidade e, possivelmente, em seu entorno - entendido aqui como o estado do Rio de Janeiro.

Os primeiros indícios visíveis do esvaziamento econômico da cidade surgem mais de dez anos após a transferência da capital, mais especificamente, após a fusão RJ-GB. À fusão é atribuída grande parcela de responsabilidade na perda de dinamismo econômico enfrentado pela capital, sob o argumento de que um estado pobre e estagnado passaria a drenar recursos<sup>12</sup> da rica Guanabara, além de contaminar-lhe a máquina pública com uma estrutura ineficiente e comprometida.

Os defensores da fusão sustentavam que a integração jurídica e econômica dos dois estados traria a complementariedade necessária entre uma unidade rica e cosmopolita e outra com "grande" extensão territorial e com pólos industriais, áreas turísticas, zonas agrícolas etc.

Outra justificativa para a unificação ocorreria no setor fiscal: a circulação de mercadorias e capitais entre os dois estados era prejudicada por entraves burocráticos e tarifários, próprios de transações interestaduais.

---

12. Araújo Filho, 1994, p 139.

Especula-se que a fusão tenha tido também suas razões políticas. Sendo a Guanabara o grande foro de discussão dos interesses nacionais e, por isto, tradicional reduto de oposição ao regime ditatorial então em vias de abertura, a unificação dos dois estados seria uma tentativa de "diluir" o peso do colégio eleitoral carioca. Este provável intuito, como podemos perceber, não obteria êxito, o que traria pesadas conseqüências políticas e econômicas para o estado. Os eleitores fluminenses, no seu conjunto, ainda hoje, elegem seus candidatos em resposta à conjuntura política e econômica nacional - e menos por questões regionais. Vale notar que, desde a reabertura democrática, somente foram eleitos dois governadores consonantes com o governo federal. Isto ocorreu, justamente, em momentos de euforia na economia brasileira: o Plano Cruzado (Moreira Franco, em 1986) e o Plano Real (Marcello Alencar, em 1994).

A simples unificação administrativa, entretanto, não seria suficiente para que a citada complementariedade trouxesse a tempo a tão almejada integração territorial. Deve ser lembrado que a fusão foi efetuada às vésperas de substanciais mudanças na situação econômica e política do país, alterando o quadro para o qual se pretendia a implantação de projetos e planos governamentais não facilmente aplicáveis na nova conjuntura.

Muito embora orbitasse em torno da capital federal, esta não propiciou aos fluminenses um desenvolvimento integrado e conjunto. Sendo o Rio o centro nacional, seu campo de abrangência ia além de seu vizinho imediato; e, mesmo no período 1960-74, como município autônomo, não havia um vínculo jurídico-administrativo.

O Estado do Rio de Janeiro, que esteve sempre à sombra da capital federal, não formou os grupos de pressão política tão necessários nas disputas existentes entre as unidades federativas perante a união. Coisa semelhante ocorreu na cidade do Rio, porém, com um perfil próprio à capital federal.

Especializou-se o Rio de Janeiro, dada sua situação de centro administrativo nacional, nos serviços do terciário, dos quais: sedes de empresas, comércio (interno e exterior), bancos, bolsas, setor financeiro e atividades culturais. Com a perda de sua condição de capital e, não preenchida a lacuna então deixada, o Rio se tornara mais vulnerável às crises nacionais.

"...esta é uma componente autônoma que atrelou o desenvolvimento da cidade-capital à economia nacional, formando uma elite que pensava em termos de Brasil e não lutou por um processo de industrialização que se irradiasse pelas diversas regiões do estado."<sup>13</sup>

Deve-se ressaltar, porém, que a já mencionada perda de dinamismo coincide temporalmente com a fusão, tendo sido, também, acompanhado pela política federal de desconcentração



industrial do II PND. Também em meados da década de 70, nota-se uma certa retração na economia nacional provocada pela redução das ofertas de crédito e pela alta dos juros. O mercado imobiliário - setor com forte participação no Rio de Janeiro - sofre uma sensível desaceleração

No caso específico do Rio de Janeiro, o período dos governos militares indica a realização de uma série de investimentos através dos quais a cidade funcionaria, não como sede do poder político, mas como centro técnico e administrativo para o país - o que põe em dúvida o potencial de Brasília para funcionar, de fato como uma cidade. Os fortes investimentos federais no Rio de Janeiro serviram, talvez, para retardar os efeitos do esvaziamento.

Na gestão presidencial do general Figueiredo (1979-85), por uma série de fatores, houve uma redução nestes investimentos. No início da década de 80, o então Presidente da República recorre ao FMI no sentido do refinanciamento de nossa dívida externa, adotando, em seguida, uma política de austeridade. Acentua-se, então, a crise no país, com efeitos devastadores sobre o Estado do Rio de Janeiro. Datam do período Figueiredo a segunda crise do petróleo e uma importante mádesvalorização do Cruzeiro frente ao Dólar norte-americano.

A postura fortemente oposicionista do primeiro governo Brizola (1983-87) ao governo federal acarretou reações negativas por parte da União e de fortes setores da imprensa, o que serviu para difundir nacionalmente - e o que é pior, localmente, a idéia de esvaziamento (crise e violência urbana), além de acarretar boicotes de recursos federais. O aumento da violência urbana, hoje disseminada nas grandes cidades brasileira, na verdade precede a posse de Brizola no governo fluminense.

O caráter populista de Leonel Brizola nunca foi muito afeito aos interesses do capital. Esta afirmação poderia ser aplicada no sentido inverso, segundo a qual, o mercado não se veria tranqüilo sob um governo com tendências declaradamente socialistas e estigmatizado como "intransigente". Este fato se torna extremamente grave para uma metrópole capitalista num momento em que cidades e estados competem vorazmente para atrair empresas e investimentos, cada vez mais escassos e centralizados.

A centralidade do Rio de Janeiro vai muito além do meramente econômico. Apresenta-se indiscutivelmente como pólo irradiador da cultura nacional, sendo-lhe, portanto, atribuído o papel de "vitrine do Brasil". Isto deve ser ressaltado sem nos esquecermos da importância dos demais setores econômicos, visto serem fatores fundamentais para o

desenvolvimento de qualquer unidade territorial - inclusive no fomento de suas atividades culturais.

"À histórica centralidade política da cidade, corresponderam conteúdos sociais que impregnaram tanto a sua materialidade quanto os valores presentes na sua cultura, portadora de fortes especificidades frente aos elementos culturais presentes em outros estados brasileiros."<sup>14</sup>

Nessa conjuntura, o perfil da sociedade carioca tem sido um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico capitalista do estado. O fato de nossa sociedade ter se formado no "Município Neutro" não estimulou a que se criasse no espírito do Carioca a necessidade de se agregarem esforços em defesa dos interesses fluminenses. Isto serviu para dar eco à idéia do "esvaziamento" econômico" frente a outros estados brasileiros. Note-se que qualquer estigma que se quisesse imputar ao Rio de Janeiro, por mais improcedentes que fossem, era não dificilmente aceito por grande parte de seus habitantes. É necessário, para tal, - e já podemos perceber, nos comportamentos e através dos veículos de comunicação, fortes progressos neste sentido - "vender" o Rio para os fluminenses e desenvolver um sentimento de bairrismo, sem a perda da noção de "síntese do Brasil" - etapa fundamental a ser vencida para a reconquista da posição política que cabe ao Rio de Janeiro.

O perfil das atividades econômicas da RMRJ contribui para a sua própria limitação. Sendo baseada fortemente no

---

14. Valdemar de Araújo Filho, p 78

setor terciário, - com destaque para comércio e serviços - concorre para o achatamento salarial. Estas são áreas que, por seu caráter de sazonalidade e, neste caso, pela baixa qualificação profissional exigida, estão sujeitas à informalidade e à alta rotatividade de mão-de-obra. Da mesma forma que o setor informal, o emprego sem registro, ou ainda, o subemprego, contribuem para a retenção das taxas de desemprego, são, também, situações sujeitas à baixa remuneração da mão-de-obra. Os altos índices de concentração da renda presentes na economia fluminense, inibem o crescimento do mercado consumidor.

Os avanços recentes no campo da telemática permitiram que, aliado à descentralização industrial, as sedes jurídicas e os centros administrativos de empresas pudessem ter seus fatores de localização desvinculados de suas unidades fabris. O desligamento geográfico fábrica-sede permitiu uma maior especialização locacional, onde as novas condicionantes locacionais - seja por fatores de mercado, ou por isenções e incentivos dos governos - estivessem muito mais dependentes de aspectos intrinsecamente urbanos. Isto vem acarretando uma excessiva concentração de serviços em poucos grandes centros metropolitanos.

Vários são os casos de empresas sediadas no Rio e com unidades de produção situadas em outros estados. No sentido inverso, são numerosas as indústrias fluminenses que têm suas

sedes em São Paulo, ao contrário do que se poderia supor, quando se atribui ao Rio um caráter de metrópole terciarista num estado não fortemente industrializado.

Lamentavelmente, muitos destes casos resultaram de relocações feitas nos últimos 15 anos. Das várias perdas - não computados os ganhos, que não são poucos - estas ocorreram por diversas motivações:

- aproximação a centros com maior concentração de capital;
- redução de investimentos do setor público;
- incentivos oferecidos por governos de outras unidades federativas;
- aquisição de empresas fluminenses por outras não-fluminenses - não raro, com a atuação do governo do estado beneficiado;
- proximidade a concentração de serviços correlatos em uma cidade ou região específica;
- No caso do Banerj, venda do controle acionário a um banco paulista.

### 3. Medidas a serem implementadas para o êxito do processo de recuperação econômica do Estado do Rio

É nítido que o Rio vem passando por um processo de recuperação de sua economia, aliada à melhoria de sua imagem, tanto local quanto nacionalmente. Podemos acreditar que chega ao fim o período, iniciado em 1960, de adaptação a sua nova condição administrativa. Todavia, não será sem mobilização que o estado conseguirá atingir em tempo seguro os almejados patamares de centralidade (econômica, inclusive). Os incentivos governamentais e a proteção a alguns setores de atividades são práticas comuns em muitos estados brasileiros<sup>15</sup>, ainda que para a simples manutenção de uma situação favorável. Pretendemos a seguir tratar alguns ramos de atividades que, por diversas razões, convém estimular, proteger ou implantar (diretamente ou por políticas favoráveis) no Estado do Rio de Janeiro, bem como algumas diretrizes e intervenções com vistas ao mesmo objetivo. As medidas que se adotem neste sentido deverão vir acompanhadas da adequada campanha de conscientização e/ou mobilização pública. Para que se obtenha respaldo popular e político a estas medidas, algumas etapas têm de ser vencidas.

Formação de um corpo de pressão política na esfera federal (lobbies) através da conscientização quanto à

---

<sup>15</sup>. Inclusive aqueles de mais forte desempenho econômico.

necessidade da convergência de interesses e de alianças com a participação de várias facções políticas e setores sociais.

Mesmo tendo atravessado recente crise regional, e, em grande parte, por este mesmo motivo, o Estado do Rio de Janeiro enfrenta certas dificuldades na obtenção de alguns benefícios federais, mesmo em períodos de paridade partidária com Brasília. Ocorre que o Rio não é um estado pobre<sup>16</sup> como o Piauí, o que poderia facilmente legitimar qualquer auxílio federal. Tampouco apresenta uma estrutura econômica hegemônica como o estado de São Paulo que, bem sabemos, tem recebido<sup>17</sup>, como ocorreu noutros períodos da história, grandes atenções do governo federal. Isto é especialmente grave num governo que explicitamente se utiliza do jogo de cadeiras em todos os escalões do poder para a obtenção de apoio político a "reformas", muitas delas, de mérito e lisura duvidosos e com caráter nitidamente anti-nacional.

O supracitado corpo de pressão não deve ficar restrito a Brasília, mas ser composto por uma conjugação de organizações de classe, sindicatos, sociedade etc., com o objetivo de dar força e coordenar atuações conjuntas com lideranças políticas.

---

<sup>16</sup>. Por mais que alguns setores da imprensa se empenhem em divulgar o conceito de "estado falido".

<sup>17</sup>. Observemos as pressões da indústria automobilística, e a tentativa de recuperação do Proálcool, levado à bancarrota pela postura cartelizada adotada pelos próprios "empresários" ligados à produção do combustível nacional, muitos deles, paulistas.

Promoção de uma cultura bairrista nos veículos de  
informação. Cabe, para o êxito de qualquer proposta de desenvolvimento local ou regional, a conscientização da sociedade civil do potencial (em vários campos e não apenas no econômico) de crescimento do Rio de Janeiro, sem que se esqueça de sua capacidade ímpar de atuar como metrópole-símbolo do Brasil. É, pois, fundamental dissipar a idéia de crise regional endêmica e, mais que isto, difundir o fim da depressão pós-Brasília. Como em todo empreendimento, para a obtenção do apoio coletivo, é sempre válido o apoio da imprensa local. Empenham-se, no sentido inverso ao da valorização do Rio, veículos de informação sediados em outras UFs - principalmente naqueles estados para os quais a recuperação do Rio de Janeiro represente algum tipo de perda.

Em um regime democrático maduro, como pretendemos ser<sup>18</sup>, os representantes políticos de um dado grupo populacional (No caso, o Estado do Rio e seus municípios) tendem a dar eco a seus anseios e convicções. Daí poderemos alcançar a condição primordial de formação do corpo político para defesa dos interesses regionais.

Fomento à criação de pólos de atração com vistas à formação de "corredores de desenvolvimento" entre as várias regiões do estado e, mesmo, de trechos de estados vizinhos.

---

<sup>18</sup>. A democracia brasileira, embora tenha passado por enormes progressos, ainda apresenta uma conformação vulnerável a súbitas remodelações de cunho não democrático (unilateral). Seria isto um reflexo da nossa sociedade?



O Rio de Janeiro, à semelhança de Minas Gerais (medidas as devidas proporções), tem seu território nitidamente fracionado em mesorregiões economicamente distintas; algumas, industrializadas (ou com outros determinantes de desenvolvimento) e outras, com forte atraso social e econômico. Estas frações fluminenses de desenvolvimento estão claramente definidas em torno de vetores que, partindo da Região Metropolitana - podem ser associados aos corredores de transportes, ou à ausência deles - , direcionam-se para outros centros do sudeste brasileiro. A indústria de transformação está majoritariamente situada em direção a São Paulo e a Minas Gerais. A "Grande Friburgo" tem, também, importantes atividades econômicas: indústria de transformação, agroindústria (leiteira, principalmente) cimenteira etc. No norte, no centro-norte e no noroeste fluminenses encontram-se, ainda, baixos níveis de renda e de receita, com ineficientes (ou ausentes) serviços sanitários, além de uma estrutura agrária tecnicamente atrasada e com baixos níveis de produtividade.

Pelo exposto acima, vemos que o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro se estabelece em eixos situados entre a metrópole e os demais centros vizinhos. Ou seja, a rede urbana em que nos encontramos está mais ligada a centros de outros estados que a nossas próprias cidades fluminenses. Poderíamos, então, dizer que o não-

desenvolvimento na direção norte-noroeste estaria vinculado ao crescimento em menor escala do Estado do Espírito Santo. Podemos entender, pois, que não temos uma rede de cidades que dê suporte a um crescimento interno integrado.

Caberia aqui, com vistas à expansão dos núcleos econômicos do Norte Fluminense, a implementação de certas medidas. Deve-se buscar perpetuar os benefícios econômicos advindos da exploração petrolífera na Bacia de Campos.

Acompanhamos em capítulo anterior o declínio do ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba, no qual, uma vez esgotados os recursos naturais a explorar, a região, até então importante geradora de riquezas, passou por um longo período de estagnação. Com base naquela experiência, podemos constatar a necessidade premente de se reinvestir parte expressiva dos recursos oriundos do petróleo da região em benefício do próprio Norte Fluminense. O simples afluxo de divisas (royalties, p.ex.) por si só não garante a permanência da geração de recursos e empregos, tampouco o desenvolvimento econômico na região.

No caso da implantação de indústrias dependentes do petróleo em Macaé, deve-se levar em conta sua permanência e funcionamento plenos por períodos maiores do que a vida útil das jazidas. Há que se considerar, também, seus efeitos sobre a indústria petroquímica da RMRJ. Encontra-se hoje em discussão a construção de usinas termo-elétricas no Norte

Fluminense. Seria, sem dúvida, uma boa opção para um estado que não é auto-suficiente em geração de energia elétrica e para o aproveitamento do gás, hoje desperdiçado na extração do petróleo.

A AD-Rio<sup>19</sup> propõe como áreas para o desenvolvimento industrial, os municípios fronteiriços situados junto aos principais eixos viários de acesso ao estado (BR-116, BR-040 e BR-101), respectivamente, Resende, Três Rios e Campos. Cabe, porém, um estudo mais aprofundado da Cidade de Campos, com relação às suas potencialidades no setor secundário, sem nos esquecermos da necessidade da formação de um corredor de desenvolvimento ao longo da BR-101

(RMRJ-Campos). Ao cogitarmos o desenvolvimento de um ramo industrial no Norte Fluminense, inevitavelmente cairíamos na agroindústria, já com forte presença em Campos, Itaperuna, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, dentre outros. O desenvolvimento deste ramo estaria na dependência da qualidade e dos níveis de produtividade agropecuária. Com este objetivo, foi criada recentemente, em Campos, a UENF<sup>20</sup>, com alguns de seus cursos voltados especificamente para este setor. A indústria do papel, é um exemplo de que a agricultura pode estar fortemente ligada ao surgimento de um novo parque industrial. A concentração de investimentos no

---

<sup>19</sup>. Agência de desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, in: Forum Rio Século XIX

<sup>20</sup>. UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense

setor agrícola e atividades afins no Norte Fluminense é benéfico tanto para os municípios daquela mesorregião como para todo o estado, visto que servirá para a redução da importação de alimentos de outros estados - além, é claro do já mencionado corredor de desenvolvimento. A valorização do setor agrícola servirá para descentralizar a riqueza no estado.

Atividades urbanas (econômicas ou não):

Evidentemente, sem se criarem empecilhos a quaisquer delas, devem ser estimuladas, em especial, aquelas que tragam benefícios diretos a algum dos setores de atividades tradicionais, vocacionais ou potenciais para o Rio, sem nos fecharmos a novidades, fazendo jus a nossa condição (tradicional) de vanguarda nacional.

A abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro é especialmente benéfica para o Rio de Janeiro. Na determinação do sítio para a instalação das empresas, mais valem os recursos urbanos (incluídos os eventos culturais e as amenidades) e sua situação geo-econômica do que propriamente o capital local acumulado.

A condição do Rio de Janeiro, de centralizador das discussões nacionais, e neste caso em especial, janela do Brasil para o exterior torna natural que se adote a cidade como sede de controle de empresas, atividades e eventos de

alcance nacional. A outras grandes cidades caberiam funções como: industrial, entreposto agrícola, etc.

O Rio é sede de empresas e órgãos públicos com atribuições estratégicas e infra-estruturais nacionais (Furnas, Embratel, Eletrobrás, RFFSA etc.), bem como de entidades culturais, associações de classe. A existência da infra-estrutura daí decorrente, contribui para que empresas de cunho infra-estrutural recém privatizadas, bem como, novas empresas de mesmo ramo, optem pelo Rio de Janeiro para instalarem suas sedes nacionais.<sup>21</sup>

Grande parte das atividades desenvolvidas predominantemente em solo fluminense derivam da presença de órgãos de fomento e agências reguladoras em nossa cidade. Isto se deve não só à passagem da capital federal, mas da vocação do Rio para centro administrativo, já que muitos destes órgãos são posteriores a 1960. Mais uma vez, mostra-se importante o aumento do peso político do estado, no sentido manter esta situação, bem como promover a vinda de outros órgãos federais (Banco Central, DNER p.ex.), bem como a criação de "zonas francas" (Off-Shore, Centro de Comércio). O Rio detém a maior parte das sedes de companhias seguradoras do país, o mesmo ocorrendo com relação às empresas de comércio exterior.

---

<sup>21</sup>. Exemplos: Embratel, Bonari (Intelig), Vale do Rio Doce, Telemar e sua "espelho".

A boa situação do estado, no tocante ao comércio externo será fortalecida com a conclusão do Porto de Sepetiba e a devida infra-estrutura. O aeroporto de Cumbica recentemente superou o Galeão em número de vôos. Ocorre que o combustível para aeronaves é vendido em São Paulo a preços menores que os do Rio. Esta diferença se deve à tributação feita em cada um dos estados. Seria o caso de se cogitar a redução da tributação sobre atividades produtivas, passando o ônus para (p.ex.) serviços de uso coletivo, sempre que possível de maneira socialmente diferenciada.

O turismo é um dos elementos marcantes para o Rio de Janeiro, tanto para lazer quanto na área de negócios. A cidade dispõe de excelente rede de hotéis e se mantém como líder nacional neste ramo de atividade, com boa demanda de turistas. Prova disto é a ampliação constante da rede hoteleira e de estabelecimentos correlatos. Deve ser dada especial atenção aos seguintes itens:

- Promoção de eventos culturais subsidiados (patrocínio governamental ou privado), como, de fato, tem voltado a acontecer.
- Construção de centros para congressos, feiras e exposições de médio porte, com acessibilidade<sup>22</sup> compatível com o porte do evento

---

<sup>22</sup>. Acessibilidade entendida aqui como distância ao Centro da Cidade ou outra área de convergência.

- Divulgação do potencial turístico do interior do estado (em especial do norte-noroeste) à capital e a outros centros do país.
- Divulgação, no exterior, do potencial turístico da cidade e do Brasil.
- Adequação da cidade ao uso turístico (segurança pública, assistência ao turista, infra-estrutura urbana etc.)

Educação e cultura - O Rio, por razões históricas, se apresenta bastante rico nesta área, sediando inúmeras fundações e institutos de difusão cultural. Com relação ao ensino, o estado, é provido de numerosas e excelentes universidades. No quadro atual, porém apresentando certa vulnerabilidade, uma vez muitos destes institutos e escolas superiores são de competência do governo federal - que vem adotando uma política de enxugamento no setor. Na educação fundamental, ainda são necessários esforços para um eficiente atendimento à população, não somente quanto à qualidade do ensino, como ao número de vagas existentes.

Infra-estrutura urbana: recuperação e modernização de alguns serviços infra-estruturais urbanos que, por sua precariedade, viraram parâmetro de ineficiência. Dos quais:

Rede de telecomunicações - espera-se, a partir da instalação das sedes das empresas de telecomunicação (nacionais, Tele-Norte-Leste e celular) em solo carioca, uma sensível melhoria nos serviços. Ademais, a citada

precariedade da rede telefônica não constitui, como ocorria à época da Telerj, um empecilho, mas um farto mercado a ser disputado.

É inconcebível que uma cidade do porte do Rio de Janeiro possa estar hoje baseada no transporte por ônibus. Destes, a enorme maioria sequer é composta por ônibus, mas por caminhões adaptados para o transporte de passageiros. Acresça-se a isto um funcionamento desordenado, ainda que existam regras para discipliná-los. As recentes concessões de exploração do Metrô e da Flumitrens à iniciativa privada têm trazido benefícios aos usuários e à cidade - bem verdade, acompanhadas de aumentos nas tarifas - com a modernização do sistema suburbano e a expansão da rede do Metrô. Isto se deve menos aos investimentos privados<sup>23</sup> do que ao fim das pressões de grupos "empresariais" organizados, contrários à melhoria dos sistemas estatais de transportes. Estes grupos sempre se dedicaram vorazmente à não-expansão do Metrô e à dilapidação da rede suburbana.

O acesso ao Metrô ainda é bastante restrito, devendo chegar à AP-4 e à "Grande Niterói". Ampliações estas que deverão ser seguidas por um sistema integrado de coletivos que, ao contrário do hoje existente, não nos faça sentir vergonha diante de um visitante estrangeiro. A melhoria da



rede de transportes da cidade não só acarretará uma redução drástica no tempo de viagem dos trabalhadores (qualidade de vida e melhor produtividade no trabalho), como permitirá a descentralização das atividades econômicas urbanas da ACN<sup>24</sup>.

A ampliação das redes de infra-estrutura urbana será um dos fatores fundamentais para a redução das disparidades existentes entre os preços da terra nas diversas áreas da Região Metropolitana, resultando na democratização da cidade.

---

<sup>23</sup>. Os recursos empregados na melhoria de ambos os sistemas ferroviários provêm, em sua maior parte, dos cofres públicos.

<sup>24</sup>. ACN-Área Central de Negócios, ou CBD-Central Business District

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente estudo, pudemos constatar que a crise por que passou o Rio de Janeiro se deve, sobretudo, ao fato de, ao longo do processo de formação do capitalismo no Brasil, ter desenvolvido suas atividades econômicas na dependência de um mercado regional. Na ocasião da transferência gradativa da capital, não havendo mais a tutela do governo federal, tanto a Guanabara quanto o Estado do Rio de Janeiro, por terem desenvolvido perfis econômicos próprios, intimamente vinculados à presença da capital nacional, ressentem-se de uma unidade econômica que pudesse manter a confortável situação de outrora. O esvaziamento econômico da cidade foi, na verdade, um período de transição entre um centro administrativo isento e uma cidade capitalista que passaria a disputar recursos com as demais unidades federativas.

Acompanhando o processo do esvaziamento econômico, percebe-se como uma crise pode ser divulgada em prol de interesses políticos e econômicos determinados, inclusive com respeito à apropriação de atributos historicamente cariocas, quase sempre com objetivos regionalistas de outros estados.

Por fim, é premente a necessidade de a sociedade fluminense, que sempre esteve voltada às discussões de cunho nacionalista, convergir esforços em projetos regionais, inclusive com o apoio da União que, nada faria além de

ressarcir os danos causados por um constante solapamento das instituições e do patrimônio do Rio de Janeiro.

## BIBLIOGRAFIA

- CONSÍDERA, Cláudio Monteiro. Aspectos da Industrialização Fluminense. Niterói, 1985
- CORRÊA, Dalmir Monteiro. O Vale do Paraíba Fluminense. 1980
- FERNANDES FILHO, Demóstenes. Evolução Econômica do Rio de Janeiro. In: Projeto Pro-Rio - Relatório Geral, v.7. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, 1985
- MELO, Hildete Pereira de. Formação Histórica da Economia do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1985
- NATAL, Jorge L. Alves. As atuais economia e sociedade fluminenses. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mudanças infra-estruturais de transportes e novas institucionalidades. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Para pensar o atual Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1998.
- PCRJ. Diagnóstico Preliminar da Cidade do Rio de Janeiro, (Realizado para a elaboração do plano estratégico da cidade). Rio de Janeiro, mimeo, 1994.
- PENALVA SANTOS, Ângela M. Descentralização econômica e dinâmica espacial. In: Anais da ANPUR (Sétimo Encontro Nacional), Recife, 1997.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976
- MAGALHÃES, João Paulo et alii. Rio Século XIX: Perspectivas e propostas para a Economia Fluminense. Rio de Janeiro, [1992]